

Editorial

O segundo volume do ano de 2016 da Revista Portuguesa de Educação (RPE) marca o que começa já a ser uma regularidade: é mais um número marcado pela diversidade e amplitude temática e geográfica dos seus textos e que faz parte da política editorial da RPE, numa lógica de abrangência de leitores/as, países e de interesses temáticos.

O número reúne quinze textos, incluindo cinco textos que fazem parte do Núcleo temático, desta vez dedicado à Sociologia da Educação. A docência, seja a nível da formação, seja a nível da prática profissional, está bastante presente neste número, bem como infância e (ausência de) protagonismo das crianças a partir do olhar dos adultos. O ensino superior marca também presença neste número através da perceção dos estudantes sobre o desenvolvimento da criatividade no ensino superior, terminando com um texto sobre a (ir)relevância das escolas rurais enquanto objeto de estudo.

O número abre com o artigo de Maria das Graças Nascimento, Patrícia Almeida e Laurizete Passos, do Brasil, com o título: "Formação docente e sua relação com a escola". Neste texto as autoras discutem a escola enquanto locus privilegiado de aprendizagem da docência e na sua relação com o modelo formativo das instituições de formação inicial, a partir da análise de uma medida de política educacional do Estado brasileiro – o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Partindo da análise da literatura, que indica a dificuldade em os currícula da formação inicial assegurarem uma preparação pedagógico-didática eficaz, as autoras analisam as intenções e princípios do PIBID, bem como as perspetivas sobre o mesmo por parte dos sujeitos que nele participam. Para tal recorrem, para além da análise documental do programa, a inquérito por questionário, entrevista e grupo de discussão, junto de 22 participantes no programa. Os resultados indicam uma valorização generalizada do PIBID, associada a sentimentos de satisfação e de perceção de transformação dos espaços das escolas públicas; indicam ainda o escasso impacto no projeto formativo das instituições de ensino superior, apesar da criação de espaços de aproximação.

A discussão da função docente continua no texto de Ruth Pavan e José Backes, do Brasil, intitulado "O processo de (des)proletarização do professor da educação básica". O artigo apresenta uma reflexão sobre o processo de proletarização docente, entendida enquanto perda de autonomia e de possibilidade de elaboração de pensamento crítico sobre as práticas, a que

não são alheias as diretrizes internacionais seguidas pelo governo brasileiro. Através de entrevistas a professores dos ensinos básico e secundário (fundamental e médio) das redes pública e privada, a autora e o autor consideram que, para além da precarização da função docente, o desempenho dos professores é aferido pelos resultados dos alunos nos exames nacionais, passando os bons resultados dos alunos a ser perspetivados como a finalidade da educação, com reduzida possibilidade de desenvolvimento de uma postura crítica por parte dos professores, ao mesmo tempo que constrange o desenvolvimento desse trabalho. A autora e o autor apontam a profissionalização docente como fundamental para a melhoria das condições de trabalho e do professor como intelectual transformador.

Rodrigo Lema Martins, Wagner Santos, Sebastião Votre e André Mello, também do Brasil, apresentam o texto "Protagonismo infantil na educação física: Uma experiência pedagógica com a capoeira", onde colocam em diálogo os conceitos de "consumo produtivo" e "reprodução interpretativa" para demonstrar como se pode dar protagonismo às crianças nas aulas de Educação Física. No âmbito de um projeto do PIBID e recorrendo a uma metodologia de pesquisa-ação participativa com um grupo de 25 crianças, 2 professores e um supervisor de uma escola no Brasil, os autores mostram de que modo as crianças podem ser "atores sociais plenos e competentes" e o professor um mediador do processo de produção cultural na escola. Advogam a necessidade de explorar "novas pedagogias" que atendam à diversidade e à singularidade de cada criança e de cada contexto, ouvindo as crianças e conhecendo a sua cultura, enquanto possibilidade real de investigação. Isto porque as aprendizagens significativas apenas se constroem quando as crianças são consumidoras criativas das aprendizagens, quando usam os seus próprios saberes no processo de apropriação e ressignificação dos bens culturais mediados pela escola.

O artigo de Luísa Lopes, Nadine Correia e Cecília Aguiar, de Portugal, intitulado "A Implementação do direito de participação das crianças em contexto de jardim de infância: as perceções dos educadores" tem como objetivo primordial avaliar a perceção dos educadores de infância acerca do grau de implementação do direito de participação das crianças em contexto de jardim de infância, desenvolvendo um instrumento de medida para esse fim. Participaram no estudo 168 educadores/as de jardins públicos e jardins privados com fins lucrativos, 40 das/dos quais foram observados/as, em contexto de sala, com o *Classroom Observation Scoring System*. Tendo por base Hart (1992), as autoras definem participação "como o processo de

partilha de decisões que afetam a vida das crianças e da comunidade onde estão inseridas". Os resultados apontam para a consistência e validade do instrumento elaborado, que, segundo as autoras, "permitiu identificar dois componentes relativos às percepções dos educadores sobre a implementação do direito de participação das crianças, designadamente Expressão e Responsabilidade das Crianças e Tomada de Decisão pelo Adulto", que traduzem dimensões do conceito de participação.

Mariana Pinto e Luísa Álvares Pereira, de Portugal, no artigo "Escrever para aprender no ensino básico: Das concepções dos professores... às práticas dos alunos", procuram conhecer as práticas dos professores e alunos relativamente à dimensão da *escrita para aprender*. Com um estudo realizado num contexto de formação contínua de professores de Português e desenvolvido numa turma de 4.º ano de escolaridade, as autoras analisam os dispositivos didáticos para o ensino da escrita para a construção de conhecimentos, e avaliam o seu efeito na qualidade dos textos produzidos pelos alunos. Concluem que os professores ainda revelam dificuldades na planificação e implementação de atividades de escrita, muitas vezes justificadas pela falta de tempo, mas também por algum desconhecimento relativamente às características dos géneros e dos textos. O estudo visibiliza os problemas dos alunos, quer na seleção dos conteúdos, quer na sua distribuição e organização ao longo do texto.

Maria de Fátima Morais e Leandro Almeida, de Portugal, convocam a voz dos estudantes de Ciências e Tecnologias e Ciências Sociais e Humanas no texto "Percepções sobre criatividade: Estudo com estudantes do ensino superior". Como vêem eles o conceito na sua atual vivência académica e como o projetam no seu futuro profissional, rapazes e raparigas de uma área e de outra? A criatividade, numa Economia do Conhecimento, ganhou o estatuto de competência vital e transformou-se numa exigência do mundo do trabalho que, por sua vez, vem pressionando o ensino superior para que a ensine. Tal não se verificando na escala necessária e sendo o seu estudo ainda relativamente reduzido, realizado sob a forma de inquérito por questionário respondido por 582 alunos universitários, afigura-se urgente a investigação neste tópico, particularmente investigação qualitativa. Os resultados indicam ainda a necessidade de criação de condições de trabalho para os professores para que possam, eles próprios, aprender ou desenvolver a sua criatividade gerando inovação nas suas abordagens curriculares, constituindo-se em *agentes de mudança* em contextos profissionais que são ambíguos e nos quais confluem complexas questões ideológicas e de poder.

O artigo de José Manuel do Carmo, também de Portugal, "Desenvolvimento de um instrumento para a identificação de uma orientação construtivista no ensino de ciências", apresenta uma proposta de instrumentação a utilizar na observação da aula de Ciências. Baseando-se nos aportes teóricos do construtivismo aplicado ao ensino e aprendizagem de Ciências, o autor argumenta que, embora defendida amplamente, uma abordagem construtivista nem sempre encontra espaço para aplicação nas práticas de ensino. Para a sua inserção, o autor propõe o uso de um instrumento de formação, orientado para a identificação das concepções dos professores sobre a sequência das atividades de ensino, que os ajude a orientar este para um modelo construtivista. Para o desenvolvimento do instrumento, foram observados e entrevistados 2 professores com diferentes orientações de ensino; numa fase posterior, o instrumento foi testado com mais 8 professores e 159 alunos. Os resultados indicam que o instrumento permite captar a orientação metodológica do ensino, revelando potencial de uso na formação de professores, de modo a ajudar a orientar a prática de ensino e a apoiar a formação.

Numa abordagem metodológica interpretativa e socorrendo-se de grupos focais sediados em Grupos Google, Ricardo Luengo, Antonio Paniagua, José Luis Torres Carvalho e Luis Manuel Casas, de Espanha, no artigo "La percepción de los asesores de formación permanente de TIC sobre la formación del profesorado", desvelam as opiniões de responsáveis por formação contínua de professores sobre a modalidade *blended learning* na formação de nível não universitário. Como pode aplicar-se, na prática, esta aprendizagem híbrida ou combinada? Como se pode misturar os mundos, tradicionalmente separados, da formação presencial e da formação a distância? O artigo, partindo da assunção que os meios informáticos foram incorporados à vida diária, pessoal e profissional e que os professores necessitam vitalmente de formação continuada, conclui que os responsáveis pela formação encontram interesse relevante neste tipo de modelo misto e que apenas aguardam determinações superiores para o implementarem de forma naturalizada.

O artigo "Desenvolvimento profissional dos professores de Matemática: Uma experiência de formação em TIC", de Patrícia Sampaio, de Portugal, analisa o impacto que a frequência de uma oficina de formação sobre a utilização de quadros interativos teve nas práticas letivas dos professores de matemática envolvidos. O impacto foi verificado por aplicação de questionário *online* no final da formação, nove meses depois e passados três anos. A

conceção da formação suportou-se no referencial teórico designado por TPACK (*Technological Pedagogical Content Knowledge*) e decorreu no contexto da implementação do Plano Tecnológico da Educação português, que se assumia como a execução de um programa de formação e de certificação dos professores em competências TIC. A autora conclui que houve uma evolução no sentido de aceitação da presença das TIC em sala de aula, salientando a importância do modelo subjacente à formação ministrada que valoriza outros aspetos para além do simples manuseamento da tecnologia.

O artigo de Carlos Renilton Cruz, do Brasil, intitulado "A escola rural na produção académica portuguesa: Apontamentos sobre a (in)visibilidade de um objeto de estudo" é, como o nome indica, um estudo que pretende discutir a invisibilidade da escola rural enquanto objeto de investigação nas universidades portuguesas. Em termos metodológicos, foi usada a análise de conteúdo de dez revistas da área da educação e pesquisadas teses e dissertações produzidas no domínio. O levantamento evidenciou a escassa produção no domínio, pois "nos últimos quinze anos apenas 0,98% dos trabalhos académicos em nível de mestrado e 0,58% em nível de doutoramento no campo das Ciências da Educação lançaram o olhar à situação da educação ou da escola instalada no meio rural português". No que diz respeito às revistas científicas, de 2.186 artigos analisados, apenas 28 apresentam uma discussão mais diretamente relacionada com a educação/escola e a realidade do mundo rural português em mais de uma década e meia. O autor conclui então que há uma grande invisibilidade da escola rural, quer na produção científica, quer nas publicações ou mesmo na estrutura curricular dos cursos.

O número contém ainda um núcleo temático no âmbito da Sociologia da Educação, que contém cinco textos, de autores portugueses e espanhóis. Ele é dedicado ao tema "A educação na Europa do Sul: Constrangimentos e desafios em tempos incertos", e é apresentado por Mariana Alves e Leonor Torres, de Portugal.

A secção *Leituras* traz uma resenha do livro *Freire e Educação*, escrito por Antonia Darder e publicado pelas Edições Pedagogo em 2016. É da autoria de Deolinda Ribeiro, do Instituto Politécnico do Porto.

A edição deste número coincide ainda com a publicação da lista dos avaliadores que, no período compreendido entre 2015 e 2016, colaboraram com a RPE, produzindo pareceres sobre os textos submetidos. A todos e a todas expressamos aqui o nosso reconhecimento público, pelo trabalho generoso e abnegado que tem sido garante de qualidade científica dos textos que publicamos.

A equipa editorial agradece também aos autores e às autoras que escolhem a RPE para publicação dos resultados das suas investigações.

Os nossos agradecimentos vão ainda para a nova equipa da RPE, renovada nos corpos editoriais e para a equipa de apoio técnico: Susana Costa, Susana Dias e João Gonçalves.

Maria Alfredo Moreira, Maria José Casa-Nova & Lia Raquel Oliveira